

Mapeando o Comum em Rio de Janeiro

 mappingthecommons.net/pt/rio-de-janeiro

O conceito recorrente do comum se elabora sobre a ideia de que, em nosso mundo atual, a produção da riqueza e a vida social dependem em grande medida da comunicação, da cooperação, dos afetos e da criatividade coletiva (Negri e Hardt). O comum compreenderia então os ambientes de recursos compartilhados que são gerados pela participação de muitos e que constituem o tecido produtivo essencial da metrópole contemporânea. Se fazemos esta conexão entre o comum e a produção, temos que pensar na economia política, no poder, nos rendimentos e nos conflitos.

No entanto, devido a nossa tradição de separação entre o privado e o público, da propriedade e do individualismo, a propriedade coletiva é todavia difícil de se ver para nossos olhos do final do século XX. Propomos, portanto, uma busca ao comum, uma busca que tomará a forma de um processo de mapeamento. Entendemos a cartografia segundo proposto por Deleuze e Guattari, e como artistas e ativistas sociais a tem usado durante a última década, como uma atuação que pode se converter em uma reflexão, uma obra de arte, uma ação social.

O Brasil, como América Latina toda, é um país especial nas práticas dos commons. O comum bebe de tradições ibéricas (faixanais, rossios, propriedades comunais), da cultura afro (quilombos, criação cultural coletiva, propriedades conjuntas) e indígenas (propriedade coletiva, malokas). Do mutirão ao conceito de 'comunidade' que substitue a palavra 'favela', o Brasil é uma celeiro de práticas do comum. Porém, o mercado e o capitalismo estão castigando o comum sem piedade.

O Rio de Janeiro, uma das metrópoles historicamente em estado de exceção, é o objeto deste projeto de mapeamento. Depois da recente e viva onda de protestos, o Rio de Janeiro virou o exemplo mais nítido das cidades rebeldes das que fala David Harvey. Os protestos, as assembleias populares, as intervenções urbanas, apontam para a mobilidade urbana como um bem comum e reivindicam o direito à cidade. Apontam para um direito à cidade, para um novo espaço comum e participativo de convivência.



Watch Video At: <https://youtu.be/SpP-SodPYmM>

Primera parte. Introdução na teoria

A primeira parte do laboratório é a discussão da noção de comum com base na literatura, principalmente a tese Commonwealth de A. Negri & M. Hardt, em diálogo com as noções D. Harvey, E. Ostrom, D. Bollier e P. Linebaugh. Trabalhando em pequenos grupos, cada qual seleciona um conjunto de bens comuns para apresentá-los ao demais participantes. Aqueles primeiros bens comuns som adicionados em um projeto de mapa, e depois ampla discussão com o resto do grupo, alguns deles som selecionados para sere pesquisados mais profundamente.



MediaLab.UFRJ



Casa Nuvem, Lapa.

Árvore de Pads | Grupo nas redes sociais

Segunda parte. Parametrização

O segundo passo consiste na adição de quatro parâmetros básicos para caracterizar os bens comuns selecionados. O primeiro parâmetro é a definição do nome que representa o bem comum discutido. Em seguida, pensa-se nos atores que tentam preservar este determinado bem comum. O terceiro parâmetro analisado foi o processo pelo qual os atores tentam preservar tal bem comum. O último passo é distinguir o conflito, ou seja, a maneira pela qual o bem comum está ameaçado. É válido observar que, para se alcançar uma definição mais ampla de cada bem comum, é necessário explorar mais parâmetros, tais como: riqueza, benefícios, rendas geradas (diretas, se for o caso); escala (microlocal, bairro, cidade, região ou ambiente global), se o bem comum é aberto a todos ou restrito a uma comunidade fechada, dentre outros.

Mapeando o Comum na cidade de Rio de Janeiro - Parâmetros ☆

Arquivo Editar Visualizar Inserir Formatar Dados Ferramentas Ajuda A última edição foi feita em 5 de fevereiro por anônimo

1 outro leitor Comentários Compartilhar

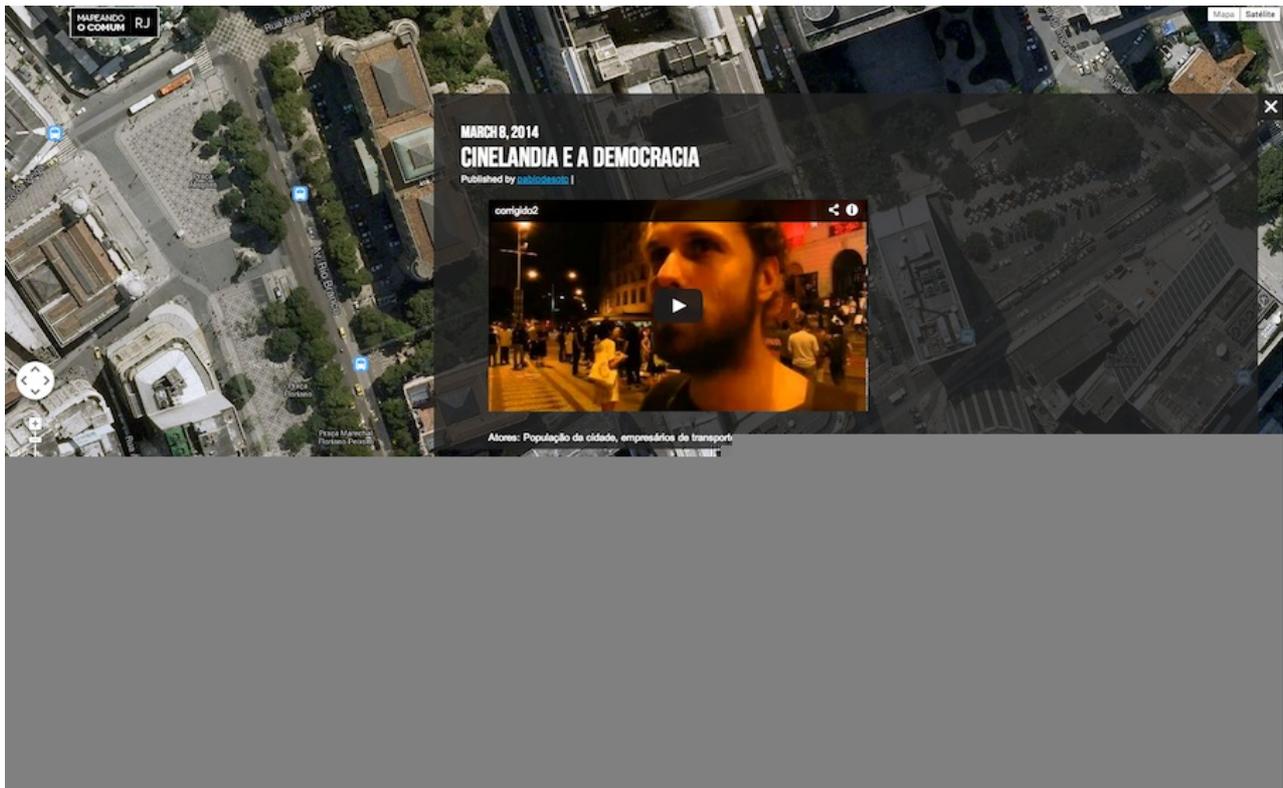
fx Info Básica

| | A | B | C | D | E | F | G | H |
|---|--------------------|---|---|---|---|---|--|------------------------------------|
| 1 | Info Básica | | | | | | | |
| 2 | Nome | Mobilidade Urbana | Educação | Estádio Maracanã | Democracia (política) | Aldeia Maracanã | Morro Providencia e Porto Maravilha | Agricultura cidade |
| 3 | pad | http://mappingthecommons.tlampa | http://mappingthecommons.tlampa | http://mappingthecommons.tlampa | http://mappingthecommons.tlampa | http://mappingthecommons.tlampa | | |
| 4 | Atores | População da cidade, empresários de transporte e governos | estudantes, professores, funcionários, famílias | população do Rio de Janeiro / comite Popular da Copa | indignados, multidão antineoliberal, população de rio de janeiro insatisfeita com a forma de participação política de democracia representativa | índios urbanos, punks, ativistas, simpatizantes, moradores | | agricultor familiar Rio de Janeiro |
| | | | | | | ocupação de antigos museus do | | |

Planilha Parâmetros

Terceira parte. Videocartografia

O último passo consiste na produção de um vídeo curto para explicar e descrever cada bem comum analisado. Os vídeos foram produzidos em pequenos grupos, mas os créditos foram atribuídos a todos os integrantes da oficina, uma vez que todos participaram da edição final de cada produto audiovisual.



Mapa detalhe Cinelândia

Mobilidade urbana



Watch Video At: <https://youtu.be/wvLZdhSrK94>

Atores: População da cidade, empresários de transporte e governos.

Processo: Lutas pelo direito de ir e vir (mobilizações MPL, CPI dos Ônibus, Ocupa Ônibus etc).

Conflito: direito a transporte acessível e de qualidade x interesses privados das empresas.

Transporte é direito, não mercadoria. A frase reproduzida em centenas de cartazes durante os protestos contra o aumento das passagens não é trivial. Em praticamente todas as cidades do país o serviço de transporte coletivo urbano é operado pela iniciativa privada. No Rio de Janeiro, há fortes indícios de que o sistema de transporte seja operado por um cartel, que detém o controle sobre os preços das passagens. Grandes financiadoras da campanha eleitoral do atual prefeito, as empresas de ônibus cobram essa fatura nos contratos, que prevêem uma sequência de aumentos nas tarifas – todas acima da inflação. A distinção entre o público e o privado se revela frágil em um contexto no qual se confundem os interesses das empresas e da própria prefeitura.

Enquanto Paes anuncia os aumentos tarifários e o governador do estado, Sergio Cabral, utiliza um helicóptero para seus deslocamentos, a população sofre cotidianamente com ônibus precários, superlotação, atrasos e falta de segurança nos coletivos. Nos trens da Supervia, os usuários são tratados como gado. Nas barcas, o serviço foi privatizado em 1998 e, desde então, a maioria dos acordos estipulados nos contratos não foi efetivado. A travessia entre os terminais de Charitas e Praça XV é a segunda mais cara do mundo (num comparativo entre distância e preço total), ficando atrás apenas do passeio pela Estátua da Liberdade em Nova Iorque – lembrando que a travessia Rio-Niterói não é um passeio turístico, mas um deslocamento pendular que milhares de trabalhadores e estudantes enfrentam cotidianamente. O transporte é hoje, de acordo com o IBGE, o terceiro maior gasto da família brasileira e mais de 37 milhões de pessoas não podem usar o transporte coletivo por não ter como pagar.

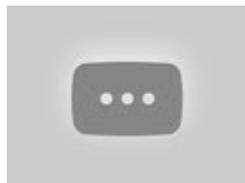
Nesse contexto, a afirmação do transporte público como direito se insurge contra o controle privado sobre o direito de ir e vir das pessoas. As lutas contra o aumento da passagem, que se amplificaram consideravelmente desde junho de 2013, colocaram em cheque a lógica mercantil que se encontrava, de um modo geral, naturalizada como algo evidente e imutável. Durante esse período de reivindicações, questionamentos e embates, foi se consolidando a noção de que a mobilidade urbana diz respeito fundamentalmente ao nosso direito à cidade e de que o controle privado sobre o sistema de transporte restringe esse direito, impossibilitando uma grande parcela da população de circular livremente pela cidade.

Nesse sentido, podemos pensar que a mobilidade urbana emerge como um comum no próprio processo de luta pela sua retomada. As manifestações, assembleias e ocupações que passaram a fazer parte do cotidiano da cidade desde junho sinalizam a produção do comum tanto como objeto dessas lutas coletivas, quanto como forma de organização, buscando proteger o comum das privatizações e parcerias público-privadas do neoliberalismo totalitário e ao mesmo tempo instituindo novas práticas de “fazer

comum”. É interessante notar, nesse aspecto, a centralidade do tema da mobilidade nesses espaços de produção do comum. Além de ter constituído o estopim das primeiras manifestações de junho, as questões relativas à mobilidade vem atravessando e constituindo esses espaços de construção (do) comum, desde a primeira ocupação da Câmara Municipal, passando pelas mais criativas manifestações e intervenções pela CPI dos ônibus – Ocupa Ônibus, Casamento da Dona Baratinha, Baratox, para citar apenas algumas que ficaram mais conhecidas – até a organização, após o fracasso da CPI, de uma Comissão Popular de Investigação dos Ônibus.

Se os conflitos podem ajudar a localizar a existência de comuns em disputa, em 2013, as ruas do Rio e do Brasil deixaram muito claro que a mobilidade urbana é hoje um dos mais importantes comuns em processo de acirrada disputa contra os interesses do capital.

Cinelândia e a democracia



Watch Video At: <https://youtu.be/C8u-U1z0Zdl>

Atores: População da cidade, empresários de transporte e governos.

Processo: Lutas pelo direito de ir e vir (mobilizações MPL, CPI dos Ônibus, Ocupa Ônibus etc).

Conflito: direito a transporte acessível e de qualidade x interesses privados das empresas.

Avenida Rio Branco, Araújo Porto Alegre, 13 de Maio e Evaristo da Veiga delimitam, no Centro do Rio de Janeiro, o local que talvez seja o maior ponto de encontro da cidade. Construída no início do século XX, sob o terreno sagrado de um convento, para se tornar um antro cultural – a Times Square tupiniquim – a Cinelândia assim foi batizada por receber ali alguns dos primeiros cinemas da Companhia Cinematographica Brasileira.

Seu primeiro nome, até hoje presente nas placas azuis das esquinas, é Marechal Floriano, e seu primeiro ocupante, um empresário espanhol que, inspirado na Broadway, empreendeu ali uma série de cinemas, teatros e casas de show.

O tempo verticalizou a cultura de massa e sequestrou teatros e cinemas para cativeiros cheios de lojas e pontos de venda. Os shoppings levaram embora o Cine da Lândia, deixando o ainda resistente Odeon. Sobraram para a praça, os palácios. Biblioteca

Nacional, Museu de Belas Artes, Theatro Municipal, Câmara dos Vereadores. Toneladas de mármore, pedra e pomposidade gradeados, feitos para poucos. Incongruentes com a potência democrática daqueles metros quadrados de pedra portuguesa.

Entre os gigantes político-culturais, acirraram-se as disputas e o perímetro urbano se transformou em palco para as promessas mais reacionárias e mais revoltadas dos comícios políticos e arena para os conflitos mais violentos e mais pacíficos da sociedade e seus mecanismos de repressão.

Alguns dias ficam gravados no chão da Cinelândia como os “100 mil”, os “1 milhão” de 1963/2013 ou os “200” do Ocupa Rio/OcupaCâmara, ocupações urbanas que seguiram a tendência global de tomada local das praças como um exercício de democracia direta e horizontalização das relações humanas, que quiseram fazer daquela praça, uma casa comum, um espaço de troca permanente e uma fuga das grades que os aprisionavam fora das ruas.

Mais do que ponto de encontro, Cinelândia é passagem e é permanência. Ali passaram e passam todos os dias centenas de milhares de homens e mulheres perdidos entre a vastidão do Aterro do Flamengo e a imensidão da selva de concreto. Por ali passam o metrô, os ônibus e os taxis, carregando outras centenas de milhares de perdidos. Também desfilam os militares e bebem os foliões. Ali reúnem-se os tomadores de decisão e sofrem os indecisos e indecididos.

A praça do comum é constantemente privatizada, mas eternamente resgatada, reocupada, reencontrada. O espetáculo não está nos cines. Está no amarelinho, no verdinho, no chão, nas ocupações temporárias. Os atores somos todos nós. E os conflitos são todos os nossos.

Assembleias populares



Atores: Cidadãos em geral.

Processo: Entender e fortalecer as dinâmicas que fazem do espaço público, seja ele físico ou virtual, um espaço comum no que tange o debate e as deliberações políticas. Compreender, em primeiro lugar, e em seguida fornecer ferramentas que estimulem a interconexão desses espaços e a construção de sua memória.

Conflito: A tensão entre a energia participativa e a inércia política, entre o modelo representativo e a democracia direta, entre a verticalidade e a horizontalidade, entre o institucionalizado e o orgânico

As assembleias populares são espaços de debate onde são levantadas e discutidas questões de interesse comum. Ao se pretenderem populares, procuram se manter abertas aos cidadãos em geral, sendo estes seus atores quando bem sucedidas.

Ainda que não representem uma novidade, foi a partir das “jornadas de junho” e seus desdobramentos que o surgimento dessas assembleias conheceu um boom. Pipocando em diversas localidades do Brasil, em cidades de todos os portes, várias foram as assembleias que surgiram como uma reação, seja à postura do estado e dos grandes veículos de comunicação às manifestações que tomaram as ruas, seja à maneira como outros espaços de debate popular se organizavam e se organizam, seja à energia e ao

recado impulsionado a partir das ruas. Uma das radicais novidades das assembleias é que são feitas no espaço público. O espaço público vira uma nova interfaz de participação política. O espaço público vira espaço comum.

A Assembleia do Largo, no Centro do Rio, a Assembleia Popular Zona Sul III, no Largo do Machado e arredores, e a Assembleia Popular – Comissão Popular de Investigação dos ônibus, em frente à Câmara Municipal, são alguns exemplos das diversas formas em que se organizaram e/ou se organizam esses espaços.

Atraindo grupos os mais variados, de estudantes a professores, artistas, militantes de movimentos sociais, participantes dos cada vez mais numerosos coletivos, e mesmo um grande número dos que normalmente são conhecidos como cidadãos comuns, pessoas não inseridas em qualquer instância organizada de participação política, incluindo-se aí cidadãos em situação de rua, as assembleias populares parecem representar o desejo de protagonismo ou mesmo participação direta por parte de variados segmentos da população. Tal fenômeno expõe a tensão entre a energia participativa e a inércia política, entre o modelo representativo e a democracia direta, entre a verticalidade e a horizontalidade, entre o institucionalizado e o orgânico. A assembleia – esse hardware aberta – vira método, software, catalizador de processos.

O mapeamento das assembleias populares pode ser uma ferramenta que, ao tornar mais visualizável e acessível seu conjunto e fornecer mecanismos para intervenção/interação por parte dos atores envolvidos, ajude seu fortalecimento enquanto espaço de debate e conscientização política, quiçá de decisão, deliberação e autodeterminação populares. Para tanto, é necessário em primeiro lugar entender e fortalecer as dinâmicas que fazem do espaço público, seja ele físico ou virtual, um espaço comum no que tange o debate e as deliberações políticas, para em seguida fornecer ferramentas que estimulem a interconexão desses espaços e a construção de sua memória.

O objeto deste trabalho inclui assembleias, ativas ou não, cuja a ocorrência se dê ou tenha se dado em espaços físicos e/ou virtuais, dentro da cidade do Rio de Janeiro e região metropolitana. Ainda que seja polêmico que um grupo de discussão que atue apenas virtualmente possa ser considerado popular, sua inserção aqui é pertinente uma vez que muitos deles iniciaram suas atividades como verdadeiras assembleias populares, com local físico e data de encontro, e sua manutenção nos ambientes virtuais representa um esforço para que não se perdesse o acúmulo construído com a experiência anterior. A delimitação geográfica responde a uma questão prática (número de assembleias a serem pesquisadas e proximidade geográfica) e ao fato de ser o Rio de Janeiro uma das capitais que mais seguiu na resistência ao modelo imposto, seja através de atos públicos, assembleias ou ocupações.

Os Memes da revolta



Amaré_header

Atores: familiares, ongs, ativistas, coletivos artísticos,.

Processo: expressão de demandas de grupos ativistas (direitos humanos, livre expressão, outros), contra discurso, ciber ativismo, /// eu um amarelado, campanha de solidariedade, afetivismo, amor político.

Conflito: violência policial, política de segurança pública, contra discursos //// estado de exceção, desaparecidos da cidade, políticas das UPP, 1000 mortos, 500 desaparecidos por ano

Se a linguagem é um dos principais bem comum da produção social, os memes, as unidades de informação que se multiplicam de cérebro em cérebro -ideias ou partes de ideias, línguas/palavras, sons, desenhos, capacidades, valores estéticos e morais- são a definição da “linguagem como vírus”.

No contexto das manifestações ocorridas no Rio de Janeiro a partir de Junho de 2013, as vozes da cidade rebelada circularam pelas redes, ruas, avenidas e praças ocupadas por multidões como expressões da indignação de milhares de cidadãos e cidadãs que convergiram em sua diversidade e proliferaram em redes afetivas físicas e digitais pelas principais cidades do país.

Os Hashtags são os memes codificados com a sintaxe do microblogging: #vemprarua #protestorj #passelivre #contraoaumento #ocupaCabral #ocupaCamara #cpidosonibus #naovaiterCopa #AldeiaMaracana #ForaCabral, #brnasruas. Propostos por AnonymousRio, Coletivo Projetação, Passe Livre, Comitês Populares da Copa, Geração Invencível, Black Bloc, OcupaCabral, Educação Municipal e Estadual do Rio em GREVE, Rio Na Rua, Ocupa Câmara Rio, Anonymous Rio, Diário de um manifestante. Eles são ‘comuns’ pela própria arquitetura do Twitter, através da adesão das pessoas conectadas e que converte e prioriza um #hashtag sobre outro.

O desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo se tornou um acontecimento emblemático e um dos símbolos mais marcantes do processo de criação coletiva que os protestos produziram. Amarildo de Souza desapareceu no dia 14 de julho de 2013 em meio da onda de manifestações na cidade do Rio de Janeiro contra os gastos públicos e as desocupações forçadas de moradores pelas obras da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, o aumento das passagens do ônibus e do metrô, o autoritarismo e a corrupção na gestão pública e por mais recursos para a educação e a saúde, entre outras reivindicações que se acumulavam na pauta social.

Uma proliferação de ações multitudinárias plenas de cooperação, afetos e criatividade resultaram em produções imateriais de um novo bem comum – palavras da revolta – emergentes dessas múltiplas participações geradas no corpo social da cidade e que transformaram Amarildo em um símbolo dos desaparecidos pela violência policial contra os mais pobres e negros. #CadêOAmarildo #OndeEstáOAmarildo, corpos e vozes expressavam nas ruas e nas redes globais sua indignação e solidariedade frente a insensibilidade com perda do direito à vida pelos Amarildos do Brasil.

Uma cidade afetiva foi reinventada rompendo com as camadas estáticas dos fatos e das coisas submersas. Amarildo foi apropriado e transformado em signo mimético de todos os medos da sub cidade. Amarildo evanesceu, a cidade tremeu, do medo à pulsação. Lembrando a chacina de 10 mortos na favela de Maré, o Coletivo Projetação (artistas surgidos nas manifestações) criaram o manifesto poético Amar é/A maré/Amarildo, que se contagiou como um meme e chegando a ser projetado em innumeráveis muros da cidade, incluindo as fachadas dos prédios do bairro de Leblon próximos da casa do governador.

O imaginário infantil dos protestos

Atores: Crianças entre 5 e 12 anos, moradoras de cada uma das regiões da cidade do Rio de Janeiro; Meios de comunicação; Família; Comunidade; Escola; Objetos simbólicos dos processos atuais (exemplos: máscara de gás, máscara Anonymus, máscara Black Blocs, imagens de crianças nas manifestações, imagens dos protestos).

Processo: Assimilação dos acontecimentos atuais (manifestações, UPP, remoções, violência, greve dos professores etc.)

Conflito: A vulnerabilidade do imaginário infantil tende a facilitar a absorção e a reprodução dos discursos hegemônicos que deslegitimam e criminalizam as práticas democráticas de reivindicação de direitos, fator que contribui para o enfraquecimento da formação política e cidadã dos indivíduos ao longo do tempo.

Entre agosto e outubro de 2013, professores da rede estadual e municipal do Rio de Janeiro paralisaram suas atividades a fim de reivindicar melhores condições de trabalho (aumento salarial, autonomia pedagógica, mínimo de dois tempos por semana para cada disciplina etc.). Se não bastasse a luta para comprovar o óbvio, os educadores do Estado da UPP tiveram que resistir à truculência da Polícia que, na desocupação da Câmara dos Vereadores, por exemplo, chegou a prender três manifestantes e a agredir cerca de vinte professores.

Em um momento de lutas como o vivido atualmente, evidencia-se quão distante o Brasil da potência econômica emergente está do Brasil de Paulo Freire, da educação redentora, da educação como prática de liberdade, de função política, cotidiana e coletiva, da educação como bem comum. Trazer Paulo Freire para pensar a educação

como um bem em disputa no Brasil é, no mínimo, oportuno se considerarmos que há quase 50 anos, em 1964, o educador brasileiro conhecido mundialmente pela “pedagogia do oprimido”, que defende a leitura de mundo como método educacional de transformação social, escrevia “Educação como prática da liberdade” em exílio, logo após a interrupção do programa de alfabetização de adultos que planejava reproduzir para mais de 20 mil círculos de cultura Brasil adentro a experiência positiva do método realizado com 300 trabalhadores rurais que foram alfabetizados em 45 dias.

O educador entendia a democracia não apenas como forma política, mas, sobretudo, como forma de vida. Seu pensamento recai na crença potencial do homem como sujeito ativo, que pensa, que debate, que discute e que transforma. Sua proposta educacional, especialmente a de alfabetização, parte de uma seleção de palavras carregadas de experiências vividas, as “palavras geradoras”, que dão início ao processo de alfabetização criado pelo educador nordestino. Vivencia-se hoje, provavelmente mais que em qualquer período histórico no Brasil, um momento de profusão de palavras geradoras e de material rico de experiência vindo das ruas, a sala de aula da vida, que nos fazem questionar: quais sentidos os cariocas têm atribuído a palavras como manifestação, protesto, vandalismo, Amarildo etc.?

Esses questionamentos nos levaram a campo. Fomos buscar nos olhares, nos desenhos, nas falas e nas experiências de educadores e de indivíduos em formação (sim, crianças) os sentidos em construção acerca dos acontecimentos de 2013. Nesse caminho, encontramos Rafael Rodrigues (professor da rede municipal do Rio, da Zona Norte, ativista, levou alguns tiros de bala de borracha entre uma manifestação e outra e já foi fichado pela polícia) que assinalou a importância da escola, a partir de sua função mediadora, na promoção de oportunidades de discussão, de debate, e de construção democrática de conhecimento transformador a partir da realidade das próprias crianças. Ao citar exemplos de mudanças no comportamento dos alunos a partir da atuação dos professores, Rafael relembra a atitude de alguns estudantes quando convocados para fazer as provas do município e do MEC que o sindicato e alguns professores, em protesto, se negaram a aplicar: “Alguns alunos de algumas escolas começaram a boicotar essas provas. Não queriam fazer a prova. Isso tem criado, e ano que vem vai ser muito mais forte, essa reverberação na atitude dos alunos”.

Dessa forma, evidencia-se quão múltiplos são os atores que fazem parte do processo de formação dos indivíduos da atual geração, tal como seus interesses – que caracterizam o conflito em questão neste bem. Assim, além de pensar na educação hoje, precária, esquecida, violentada pelo aparelho repressor e protegida pelo devir Black Bloc, o Black Prof, emergiu também a necessidade de estudar especificamente outro bem comum relacionado a ela como um exercício de análise do presente sobre o futuro. Por isso, escolhemos mapear o imaginário infantil como objeto do comum educação por considerá-lo um “lugar” de disputa de sentidos ainda mais vulnerável, já que diz respeito a indivíduos em formação. Por acreditarmos que as ideias formadas na infância contribuem para a formação do cidadão de amanhã, estamos num processo de mapeamento das imagens que estão sendo construídas pelas nossas crianças a fim de

descobrir formas lúdicas e criativas de ressignificação, isso por que estamos encontrando, na maioria dos casos (especialmente naqueles em que a escola, os professores e a família não são significativamente atuantes), a reprodução dos discursos hegemônicos que insistem em deslegitimar e criminalizar as práticas democráticas de reivindicações de direitos.

Se existe alguma coisa com a qual concordamos em relação à opinião do jornalista brasileiro Jorge Bastos Moreno (“Crianças dormindo acordam tossindo por causa do gás de pimenta e bombas jogadas contra o Leblon. Desta vez, as coisas foram longe demais”), exposta no Twitter em Julho de 2013 – e talvez essa seja a única – é que o limite de toda e qualquer crueldade se dá quando ela chega a atingir uma criança. A única diferença é que, para nós, não existe diferença da criança do Leblon para a criança da Providência, por exemplo. Por isso, ouvir do Ian (um dos nossos entrevistados), 10 anos, morador do morro, aluno de escola pública, que “manifestação é os caras quebrando banco, quebrando tudo” e, ainda, que quem faz isso é “vândalo” e que aprendeu essa palavra na televisão, significa concordar que, desta vez, as coisas foram longe demais. Mais cruel que acordar tossindo por causa do gás de pimenta é crescer acreditando que é errado lutar pelos seus direitos.

Laboratorio Coordinado por: Pablo de Soto como parte do **Curso Redes, Jogos, Mapas** (prática docente). Em colaboração com: Bernardo Gutierrez (Future Media).

Participantes: Francine Tavares, Cael Coelho, Ingrid Machado, Rafael Rezende, Gabriel Nascimento, Erick Rianelli, Rafael Debetto, Joana Duarte, Flora Castro, Laura Bloch, Gabriel Nascimento, José Ricardo d’ Almeida, Ana Fabricia Tomaszewski, Bia Martins, Clara Mayrink, Dani Naativa, Dayana Souza, Gabriela Pacheco, Julia Coelho, Laura Bloch, Mayara Caetano, André M. Gavazza.

Apoio: MediaLab UFRJ.